



Publicada em 14/05/2011 às 18h19m

[Cadastre-se](#) | [Login](#) [DIREITO X PRECONCEITO](#)

Câmara aceita união de gays, mas se divide sobre adoção de crianças

Jailton de Carvalho, Demétrio Weber e Roberto Maltchik

★★★★★ DÊ SEU VOTO : ★★★★★ MÉDIA: 4,0

Share 127

Tweet 78

Recomendar

Confirmar

Você recomenda Câmara aceita união de gays, mas se divide sobre adoção de crianças - O Globo. · Adicionar comentário · Página do administrador · Informações · Erro

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados apoia a união estável entre homossexuais, mas está dividida em relação ao direito desses casais de adotar crianças. Levantamento feito pelo GLOBO na última semana mostra ainda que associar a palavra "casamento" à união entre gays é um tabu, mas os deputados reconhecem que a homofobia deve ser considerada um crime.

VOTE: [O Congresso deve regulamentar o casamento gay?](#)

Entre segunda e sexta-feira, o GLOBO ouviu 320 dos 513 deputados. Desses, 228 cravaram voto a favor da união estável, 86 foram contra, 30 não se manifestaram. Os votos foram registrados em cédula, por telefone e e-mail. Integrantes de todos os partidos foram consultados.

A ampla maioria que aprova a união estável, [direito reconhecido em última instância pelo Supremo Tribunal Federal](#) há uma semana, não se repetiu quando o assunto é adoção.

Indagados se casais gays devem ter direito a adotar crianças, 145 disseram "não". Outros 154 apoiam a ideia. Hoje, os homossexuais conseguem na Justiça autorização para adotar crianças, mas o nome de apenas um dos parceiros pode aparecer na certidão da criança.

Boa parte dos entrevistados referendou a proposta de criminalizar a homofobia. Projeto sobre o tema já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora depende de votação no Senado. O texto sofreu alterações e, se aprovado, retornará para novo aval dos deputados. Na enquete feita pelo GLOBO, 217 são a favor de tornar crime as manifestações de preconceito contra homossexuais.

Surpresa com o resultado

Para 175 dos entrevistados, não deve ser permitido o casamento entre homossexuais. Já 115 não veem problema nisso. Na legislação atual, casamento e união estável geram os mesmos benefícios, mas os religiosos insistem em que o primeiro é apenas para celebrar a união entre um homem e uma mulher.

O resultado da enquete surpreendeu até parlamentares que acompanham a questão desde o aparecimento do primeiro projeto sobre o assunto na Câmara, há quase duas décadas. O deputado João Campos (PSDB-GO), um dos líderes da bancada evangélica, rechaçou a tendência indicada no levantamento.

- O resultado da pesquisa não retrata o Congresso, retrata apenas um momento. Se não tivéssemos a decisão do Supremo, certamente o resultado seria outro - disse Campos.

Siga @OGloboPolitica no Twitter

O Globo no Facebook

Curtir

Confirmar

Você curtiu O administrador
Você curte ist administrador

59,715 pessoas curtiram O Globo. 59,714 pessoas curtiram O Globo.

Plug-in social do Facebook

OUTRAS NOTÍCIAS

Cresce pressão aliada por cargos

Partidos da base estão insatisfeitos com resistência de Dilma em fazer nomeações

Recursos

Oposição exige explicação de Palocci sobre bens

Projetos parados

Presidente da OAB defende freio de arrumação para o Congresso Nacional

[+ NOTÍCIAS](#)

Publicidade

PLANTÃO + LIDAS + RECOMENDADAS + COMENTADAS

20h39m Depois de acidente, senador Lobão Filho é internado em SP

18h14m Presidente da OAB defende freio de arrumação para o Congresso Nacional

17h33m Palocci contesta incompatibilidade para compra de apartamento

A senadora Marta Suplicy (PT-SP), autora do primeiro projeto sobre união civil entre pessoas do mesmo sexo, quando era deputada, considerou alvissareiro o resultado da votação. Segundo ela, a pesquisa confirma com números a percepção de que, de fato, os parlamentares estariam mais abertos para tratar da temática gay. Ela sustenta que, mesmo assim, o Congresso Nacional estaria atrás do Executivo e até mesmo do Judiciário, que tem emitido sentenças favoráveis aos homossexuais há alguns anos.

- Você não têm ideia de como essa pesquisa é importante. Ela mostra com números o que eu já vinha dizendo de forma intuitiva - disse a senadora petista.

Para ela, o resultado do levantamento pode ajudar deputados a perder o medo de se manifestar a favor de antigas reivindicações do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Só assim seria possível aprovar projetos como a criminalização da homofobia, em tramitação no Senado. Na quinta-feira, o projeto teve que ser retirado da pauta por pressão de religiosos e do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), o novo líder do movimento antigay.

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que se elegeu com a bandeira LGBT, também comemorou o resultado da pesquisa.

- Surpreendeu-me positivamente, considerando a omissão do Congresso em relação ao tema. De 1995 para cá, o Congresso não legislou em relação à população LGBT - disse Wyllys.

Em sua estreia como parlamentar, ele quer incluir na Constituição o direito à união estável entre pessoas do mesmo sexo. Hoje, o texto constitucional só fala em união entre homem e mulher. Mas Jean Wyllys não conseguiu o número mínimo de assinaturas (171, um terço do total) para apresentar proposta de emenda constitucional.

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), não vê contradição no voto de parlamentares que se manifestaram contra o casamento e a favor da união civil. Para ele, a decisão sobre casamento é exclusiva da religião.

- A união estável resolve o problema civil. O termo "casamento", para a parte civil, acaba sendo redundante - sintetiza o deputado.

Boa parte dos parlamentares que votou pela tipificação da homofobia como crime fez ressalvas à ideia. Alguns consideram importante que o combate à discriminação de natureza sexual não resulte em restrições à liberdade de expressão e nem crie amarras ao convívio social. Entre os parlamentares atentos às nuances da questão estava Alfredo Sirkis (PV-RJ). Ele só concordou em votar - a favor da criminalização -, depois de fazer algumas ponderações.

- O discurso preconceituoso, piadas de mau gosto ou manifestações genéricas de cunho religioso não devem ser criminalizados - disse Sirkis.

Deputado teme futuro só de gays

Os deputados se mostraram divididos sobre a adoção. Até parlamentares que defendem o casamento gay são mais cautelosos para se declarar contra ou a favor da adoção de crianças por casais homossexuais. O deputado Edinho Bez (PMDB-SC) sugeriu que a criação de filhos por pais gays poderia criar no futuro uma geração só de homossexuais.

- Os filhos vão achar que é natural e vão repetir o comportamento dos pais - disse.

- A orientação sexual dos pais não afeta nem determina a orientação dos filhos. Sou filho de heterossexuais e sou homossexual. Meus irmãos são heterossexuais - rebateu Wyllys.

Entre terça e sexta-feira, parlamentares de PT, PMDB, PSDB, DEM, PDT, PC do B e PTB, entre outros 15 partidos, foram apresentados a uma cédula com quatro questões em que poderiam se manifestar contra ou a favor do casamento e da união estável entre homossexuais. Poderiam aprovar ou rejeitar a adoção de filhos por casais formados por pessoas do mesmo sexo e também a criminalização da homofobia. Os deputados, se quisessem, podiam registrar voto sem se identificar.